

Aula 05

*BNB (Analista Bancário) Passo
Estratégico de Conhecimentos Bancários
- 2023 (Pré-Edital)*

Autor:
Alexandre Violato Peyerl

10 de Setembro de 2023

Índice

1) Simulado 02 Produtos e Serviços Bancários	3
2) Simulado 02 Produtos e Serviços Bancários - Gabarito	8
3) Simulado 02 Produtos e Serviços Bancários - Comentado	9



SIMULADO

1. Assinale a alternativa incorreta a respeito do crédito direto ao consumidor.

- a) É isento da cobrança de imposto sobre operações financeiras (IOF).
- b) É destinado ao financiamento de bens e serviços tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas na qualidade de consumidoras.
- c) Pode ter como garantia o próprio bem financiado.
- d) O crédito direto ao consumidor com interveniência é uma linha de crédito em que o cliente faz a compra diretamente da empresa e faz o pagamento em prestações à instituição financeira, a qual é a concedente do valor do crédito.
- e) O financiamento pode ser tanto sobre o valor total como sobre o valor parcial do bem.

2. Para conferir transparência aos custos das operações de crédito, o CMN determina que as instituições de crédito devem divulgar a seguinte informação antes da contratação da operação:

- a) Taxa Selic
- b) Funding da operação
- c) Custo Efetivo Total (CET)
- d) Apenas a taxa de juros cobrada
- e) Apenas o valor das prestações

3. Os créditos rurais que têm por finalidade viabilizar aos produtores rurais ou às suas cooperativas os recursos necessários a comercialização de seus produtos no mercado, tendo como fim garantir aos produtores preços remuneradores para a colocação de suas safras e industrialização dos produtos agropecuários, são os:

- a) Créditos de custeio
- b) Créditos de investimento
- c) Créditos de comercialização
- d) Créditos de remuneração
- e) Créditos de industrialização



4. Suponha que um produtor rural tenha financiado a compra de um pulverizador. Nesse caso, a modalidade de crédito rural utilizada foi:

- a) Crédito de custeio
- b) Crédito de investimento
- c) Crédito de comercialização
- d) Crédito de remuneração
- e) Crédito de industrialização

5. A respeito do cartão de crédito, assinale a alternativa correta.

- a) A instituição financeira deve prever o percentual de pagamento mínimo de 15% do valor da fatura.
- b) É proibida a fixação de preços diferenciados para pagamentos de bens e serviços efetuados em dinheiro ou em cartão de crédito.
- c) É nula a cláusula contratual estabelecida entre o estabelecimento comercial e a instituição de arranjo de pagamentos que proíba ou restrinja a diferenciação do preço cobrado em razão do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado.
- d) Caso o cliente não tenha histórico de inadimplência, é dispensável a informação na fatura sobre os encargos a serem cobrados na fatura seguinte no caso de pagamento mínimo.
- e) Quando realiza o pagamento do valor mínimo da fatura, o cliente entra no crédito rotativo, produto este que pode ser utilizado por no máximo 90 dias.

6. Assinale a alternativa incorreta a respeito da remuneração da poupança para pessoas físicas.

- a) A remuneração ocorre mensalmente no dia do aniversário da poupança.
- b) Os depósitos realizados nos dias 29, 30 e 31 fazem aniversário no dia 01.
- c) Um depósito efetuado em poupança quando a taxa Selic estava em 4,25% ao ano, teria como remuneração a TR + 70% da Selic mensalizada.
- d) Quando a taxa Selic for superior a 8,5% ao ano, a remuneração da poupança será a TR + 0,5% ao mês.
- e) Caso seja efetuado um depósito em poupança no dia 03 e seja feito o resgate do valor integral no dia 18 do mesmo mês, a remuneração será proporcional ao prazo da manutenção do saldo.



7. A respeito da tributação sobre a poupança, assinale a alternativa correta.

- a) Os rendimentos das aplicações em poupança são sempre isentos de imposto de renda.
- b) Os rendimentos das aplicações em poupança são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e para as pessoas jurídicas sem fins lucrativos.
- c) Os rendimentos das aplicações em poupança são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas, mas não para as pessoas jurídicas, independentemente da finalidade lucrativa.
- d) Os rendimentos das aplicações em poupança são tributados a alíquotas regressivas para todos os aplicadores, com alíquotas de 22,5% a 15%.
- e) As aplicações em poupança de pessoas jurídicas com finalidade lucrativa têm incidência de imposto de renda, sendo as alíquotas variáveis de 22,5% a 15%, a depender do prazo de aplicação.

8. Suponha que um cliente pessoa física tenha realizado um depósito de R\$ 1.000,00 na sua conta poupança quando a taxa Selic estava 6% ao ano, e que nesse período a Taxa Referencial foi de 0%. Caso o cliente tenha efetuado o saque total do saldo 45 dias depois, o valor do rendimento foi, em reais:

- a) 0,00
- b) 3,50
- c) 5,00
- d) 5,25
- e) 6,00

9. A respeito do rendimento e da tributação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), assinale a alternativa correta.

- a) Seus rendimentos são sempre pós-fixados, atrelados a um percentual do CDI.
- b) É vedada a emissão de CDBs atreladas a índices inflacionários.
- c) Nas CDB's com liquidez diária emitidas pelos bancos, é comum que elas sejam prefixadas, atreladas a um percentual do CDI.
- d) Uma aplicação em CDB realizada em janeiro de 2019, se resgatada em julho de 2021, estará sujeita a Imposto de Renda de 15% sobre o rendimento.
- e) As CDBs são isentas de Imposto de Renda.



10. A respeito das Letras de Crédito Imobiliário (LCI), assinale a alternativa incorreta:

- a) Podem ser emitidas por bancos comerciais.
- b) Podem ser emitidas por cooperativas de crédito.
- c) Podem ser emitidas por bancos de investimento.
- d) Seu prazo de vencimento independe do crédito imobiliário ao qual está lastreada.
- e) São isentas de Imposto de Renda para pessoas físicas.

11. Assinale a alternativa que corresponde ao título emitido pelas sociedades de crédito, financiamento e investimento para captar recursos no mercado.

- a) Certificados de Depósito Bancário
- b) Letras de Crédito do Agronegócio
- c) Letras de Câmbio
- d) Letras do Tesouro Nacional
- e) Debêntures

12. Assinale a alternativa correta a respeito dos títulos de capitalização:

- a) Apenas uma parte do valor do pagamento é capitalizada.
- b) Trata-se de um produto de investimento, com rentabilidade superior à poupança.
- c) É bastante popular por ser um produto livre de risco, em que o capital resgatado sempre será superior ao aplicado.
- d) É proibido o aumento dos valores das prestações pagas ao longo da vigência contratual.
- e) É proibida a cessão do título.

13. Suponha que um cliente do banco tenha uma renda anual bruta tributável de R\$ 200.000,00 e que, ao longo do ano, investiu 16% deste valor em um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). Supondo que suas outras deduções totalizam R\$ 15.000,00, assinale a alternativa que corresponde à base de cálculo do seu imposto de renda.

- a) R\$ 239.000,00
- b) R\$ 185.000,00
- c) R\$ 168.000,00
- d) R\$ 161.000,00



e) R\$ 153.000,00

14. A respeito do imposto de renda (IR), do PGBL e do VGBL, assinale a alternativa correta.

- a) O PGBL admite dedução de até 12% da renda bruta anual tributável na base de cálculo do IR, todavia, no momento do resgate, o IR incide sobre todo o montante, incluindo o capital e os rendimentos.
- b) O PGBL admite dedução de até 16% da renda bruta anual tributável na base de cálculo do IR, todavia, no momento do resgate, o IR incide sobre todo o montante, incluindo o capital e os rendimentos.
- c) Tanto o PGBL quanto o VGBL admitem dedução das contribuições sobre a base de cálculo do IR, todavia, no PGBL é permitido deduzir até 16% e no momento do resgate o IR incide sobre o montante total, ao passo que no VGBL é possível deduzir até 12%, mas no momento do resgate o IR incide apenas sobre os rendimentos.
- d) O VGBL não admite dedução das contribuições sobre a base de cálculo do IR, todavia, no momento do resgate, seus rendimentos são isentos de IR.
- e) Enquanto no resgate do PGBL o IR incide somente sobre os rendimentos, no resgate do VGBL a incidência é sobre o montante, incluindo capital e rendimentos.

15. A respeito da tributação progressiva compensável e da tributação regressiva definitiva dos planos de previdência privada, assinale a alternativa correta:

- a) Na tributação regressiva, as alíquotas começam em 22,5% e chegam a 15% quando o resgate for posterior a 2 anos.
- b) Na tributação regressiva, as alíquotas sem iniciam em 35% e chegam a 10% quando resgatadas após 10 anos.
- c) Na tributação progressiva há isenção para quem recebe até R\$ 1.903,98, independentemente da idade.
- d) Na tributação progressiva as alíquotas vão de 15 a 22,5%.
- e) Na tributação regressiva, incide uma alíquota de 15% no momento do resgate, devendo o ajuste ser feito na declaração anual de IR.



GABARITO

GABARITO



- | | |
|------|-------|
| 1. A | 9. D |
| 2. C | 10. D |
| 3. C | 11. C |
| 4. B | 12. A |
| 5. C | 13. D |
| 6. E | 14. A |
| 7. B | 15. B |
| 8. B | |



CORREÇÃO SIMULADO

1. Assinale a alternativa incorreta a respeito do crédito direto ao consumidor.

- a) É isento da cobrança de imposto sobre operações financeiras (IOF).
- b) É destinado ao financiamento de bens e serviços tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas na qualidade de consumidoras.
- c) Pode ter como garantia o próprio bem financiado.
- d) O crédito direto ao consumidor com interveniência é uma linha de crédito em que o cliente faz a compra diretamente da empresa e faz o pagamento em prestações à instituição financeira, a qual é a concedente do valor do crédito.
- e) O financiamento pode ser tanto sobre o valor total como sobre o valor parcial do bem.

Comentários:

A alternativa errada é a Letra A, pois incide IOF sobre as operações de crédito direto ao consumidor. Todas as demais alternativas estão corretas e servem como revisão.

Gabarito: A

2. Para conferir transparência aos custos das operações de crédito, o CMN determina que as instituições de crédito devem divulgar a seguinte informação antes da contratação da operação:

- a) Taxa Selic
- b) Funding da operação
- c) Custo Efetivo Total (CET)
- d) Apenas a taxa de juros cobrada
- e) Apenas o valor das prestações

Comentários:

A alternativa correta é a letra C, pois, antes da contratação da operação de crédito, a instituição financeira deve informar o Custo Efetivo Total (CET) da operação.

Gabarito: C



3. Os créditos rurais que têm por finalidade viabilizar aos produtores rurais ou às suas cooperativas os recursos necessários a comercialização de seus produtos no mercado, tendo como fim garantir aos produtores preços remuneradores para a colocação de suas safras e industrialização dos produtos agropecuários, são os:

- a) Créditos de custeio
- b) Créditos de investimento
- c) Créditos de comercialização
- d) Créditos de remuneração
- e) Créditos de industrialização

Comentários:

A classificação dos créditos rurais de acordo com suas finalidades abrange quatro tipos:

Créditos de custeio - destinam-se a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita.

Créditos de investimento - são aplicados em bens ou serviços, cujos benefícios ocorrem em períodos futuros, como, por exemplo, aquisição de tratores, colheitadeiras e maquinário agrícola.

Créditos de comercialização - viabilizam ao produtor rural ou às suas cooperativas os recursos necessários à comercialização de seus produtos no mercado. Têm como fim garantir aos produtores preços remuneradores para a colocação de suas safras e industrialização dos produtos agropecuários.

Créditos de industrialização - visam agregar valor à produção e gerar mais renda aos beneficiários.

Portanto, a alternativa correta é a letra C.

Gabarito: C

4. Suponha que um produtor rural tenha financiado a compra de um pulverizador. Nesse caso, a modalidade de crédito rural utilizada foi:

- a) Crédito de custeio
- b) Crédito de investimento
- c) Crédito de comercialização
- d) Crédito de remuneração
- e) Crédito de industrialização



Comentários:

A compra de um equipamento é um exemplo de crédito de investimento. Portanto, a alternativa correta é a letra B.

Gabarito: B**5. A respeito do cartão de crédito, assinale a alternativa correta.**

- A instituição financeira deve prever o percentual de pagamento mínimo de 15% do valor da fatura.
- É proibida a fixação de preços diferenciados para pagamentos de bens e serviços efetuados em dinheiro ou em cartão de crédito.
- É nula a cláusula contratual estabelecida entre o estabelecimento comercial e a instituição de arranjo de pagamentos que proíba ou restrinja a diferenciação do preço cobrado em razão do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado.
- Caso o cliente não tenha histórico de inadimplência, é dispensável a informação na fatura sobre os encargos a serem cobrados na fatura seguinte no caso de pagamento mínimo.
- Quando realiza o pagamento do valor mínimo da fatura, o cliente entra no crédito rotativo, produto este que pode ser utilizado por no máximo 90 dias.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas:

Letra A - Errada. Antigamente o pagamento mínimo era de 15%, mas essa regra foi revogada em 2017, e, atualmente, cada instituição pode pactuar com os clientes o percentual mínimo do pagamento mensal, conforme o risco da operação, o perfil do cliente ou o tipo do produto.

Letras B - Errada. É permitida essa diferenciação, conforme previsto na Lei nº 13.455/2017:

Art. 1º Fica autorizada a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado.

Parágrafo único. É nula a cláusula contratual, estabelecida no âmbito de arranjos de pagamento ou de outros acordos para prestação de serviço de pagamento, que proíba ou restrinja a diferenciação de preços facultada no caput deste artigo.

Letra C - Correta, por conta do previsto no parágrafo único apresentado no item anterior.

Letra D - Errada. A informação prevista na assertiva é obrigatória nas faturas mensais de cartão de crédito.

Letra E - Errada, pois a regra atual é que o prazo máximo de utilização do crédito rotativo é de 30 dias.



Gabarito: C

6. Assinale a alternativa incorreta a respeito da remuneração da poupança para pessoas físicas.

- a) A remuneração ocorre mensalmente no dia do aniversário da poupança.
- b) Os depósitos realizados nos dias 29, 30 e 31 fazem aniversário no dia 01.
- c) Um depósito efetuado em poupança quando a taxa Selic estava em 4,25% ao ano, teria como remuneração a TR + 70% da Selic mensalizada.
- d) Quando a taxa Selic for superior a 8,5% ao ano, a remuneração da poupança será a TR + 0,5% ao mês.
- e) Caso seja efetuado um depósito em poupança no dia 03 e seja feito o resgate do valor integral no dia 18 do mesmo mês, a remuneração será proporcional ao prazo da manutenção do saldo.

Comentários:

A alternativa incorreta é a letra E, pois a poupança não remunera períodos parciais do mês. Ela remunera apenas na data do aniversário, caso o valor seja sacado antes, não há rentabilidade sobre ele.

Todas as demais alternativas estão corretas e foram formuladas de forma que o texto servisse como revisão.

Gabarito: E

7. A respeito da tributação sobre a poupança, assinale a alternativa correta.

- a) Os rendimentos das aplicações em poupança são sempre isentos de imposto de renda.
- b) Os rendimentos das aplicações em poupança são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e para as pessoas jurídicas sem fins lucrativos.
- c) Os rendimentos das aplicações em poupança são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas, mas não para as pessoas jurídicas, independentemente da finalidade lucrativa.
- d) Os rendimentos das aplicações em poupança são tributados a alíquotas regressivas para todos os aplicadores, com alíquotas de 22,5% a 15%.
- e) As aplicações em poupança de pessoas jurídicas com finalidade lucrativa têm incidência de imposto de renda, sendo as alíquotas variáveis de 22,5% a 15%, a depender do prazo de aplicação.



Comentários:

A alternativa correta é a letra B, pois a regra para a tributação da poupança é a seguinte:

Depósitos de pessoas físicas e pessoas jurídicas sem fins lucrativos -> remuneração mensal e isenta de imposto de renda.

Depósitos de pessoas jurídicas com fins lucrativos -> remuneração trimestral e com incidência de imposto de renda de 22,5% sobre o rendimento do período.

Gabarito: B

8. Suponha que um cliente pessoa física tenha realizado um depósito de R\$ 1.000,00 na sua conta poupança quando a taxa Selic estava 6% ao ano, e que nesse período a Taxa Referencial foi de 0%. Caso o cliente tenha efetuado o saque total do saldo 45 dias depois, o valor do rendimento foi, em reais:

- a) 0,00
- b) 3,50
- c) 5,00
- d) 5,25
- e) 6,00

Comentários:

Vamos fazer um pouco de conta para fixar melhor? Afinal, treino difícil, luta fácil.

Depósitos realizadas a partir de 04/05/2012 são remunerados a 70% da Selic mensalizada + TR.

Mas o que significa esse “mensalizada”? Significa que basta dividir a taxa de juros anual por 12, como se fossem juros simples.

No caso, se a taxa Selic foi de 6% ao ano, a taxa mensalizada é de 0,5% ao mês ($6/12 = 0,5$).

70 % da Selic = $0,7 \times 0,5 = 0,35\%$ ao mês.

$0,35\% = 0,0035$

$R\$ 1.000,00 \times 0,0035 = 3,50$.

Observe que o rendimento corresponde somente ao período de 1 mês, mesmo que o saldo tenha sido mantido por 45 dias, tendo em vista que a poupança só rende na data do aniversário.

Gabarito: B



9. A respeito do rendimento e da tributação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), assinale a alternativa correta.

- a) Seus rendimentos são sempre pós-fixados, atrelados a um percentual do CDI.
- b) É vedada a emissão de CDBs atreladas a índices inflacionários.
- c) Nas CDB's com liquidez diária emitidas pelos bancos, é comum que elas sejam prefixadas, atreladas a um percentual do CDI.
- d) Uma aplicação em CDB realizada em janeiro de 2019, se resgatada em julho de 2021, estará sujeita a Imposto de Renda de 15% sobre o rendimento.
- e) As CDBs são isentas de Imposto de Renda.

Comentários:

Letra A - Errada, pois as CDBs podem ser prefixadas, pós-fixas ou híbridas.

Letra B - Errada. As híbridas normalmente são atreladas a um índice inflacionário.

Letra C - Errada. Se ela for atrelada a um percentual do CDI, ela é pós-fixada.

Letra D - Certa. A tabela de Imposto de Renda atualmente é:

PRAZO DA APLICAÇÃO	ALÍQUOTA
Até 180 dias	22,5%
De 181 a 360 dias	20%
De 361 a 720 dias	17,5%
Acima de 720 dias	15%

Portanto, se ficou por mais de dois anos, a alíquota será de 15%.

Letra E - Errada. Estão sujeitas a Imposto de Renda e a IOF se forem resgatadas nos primeiros 30 dias.

Gabarito: D

10. A respeito das Letras de Crédito Imobiliário (LCI), assinale a alternativa incorreta:

- a) Podem ser emitidas por bancos comerciais.
- b) Podem ser emitidas por cooperativas de crédito.
- c) Podem ser emitidas por bancos de investimento.
- d) Seu prazo de vencimento independe do crédito imobiliário ao qual está lastreada.
- e) São isentas de Imposto de Renda para pessoas físicas.



Comentários:

A alternativa incorreta é a letra D, pois o prazo de vencimento das LCI não pode ser superior a quaisquer créditos que lhes sirvam de lastro.

Gabarito: D

11. Assinale a alternativa que corresponde ao título emitido pelas sociedades de crédito, financiamento e investimento para captar recursos no mercado.

- a) Certificados de Depósito Bancário
- b) Letras de Crédito do Agronegócio
- c) Letras de Câmbio
- d) Letras do Tesouro Nacional
- e) Debêntures

Comentários:

A alternativa correta é a letra C, pois o título emitido pelas financeiras para captar recursos no mercado é a letra de câmbio.

O CDB e o LCA são emitidos predominantemente pelos bancos, sendo os recursos destas destinados a linhas de crédito voltadas ao agronegócio. A LTN é um título público emitido pelo Tesouro Nacional. E as debêntures são títulos emitidos por companhias em geral para captar recursos no mercado.

Gabarito: C

12. Assinale a alternativa correta a respeito dos títulos de capitalização:

- a) Apenas uma parte do valor do pagamento é capitalizada.
- b) Trata-se de um produto de investimento, com rentabilidade superior à poupança.
- c) É bastante popular por ser um produto livre de risco, em que o capital resgatado sempre será superior ao aplicado.
- d) É proibido o aumento dos valores das prestações pagas ao longo da vigência contratual.
- e) É proibida a cessão do título.

Comentários:

A alternativa correta é a letra A, pois o título de capitalização é composto por cotas de capitalização, de sorteio e de carregamento:

Cotas de capitalização - representam o percentual de cada pagamento que será destinado à constituição do Capital. Somente esta parte é capitalizada.

Cotas de sorteio - tem por finalidade custear os prêmios que serão distribuídos em cada série.



Cotas de carregamento – cobrem os custos operacionais e administrativos.

Erros das demais:

Letra B - O título de capitalização é um produto de sorte, não de investimento. Apenas uma parte dele é capitalizada, e muitas vezes a remuneração é somente a TR. Ademais, é classificado dentro da linha de seguros, sendo fiscalizado pela SUSEP. Portanto, não é um produto de investimento.

Letra C - O título de capitalização é popular por ter sorteios e ser bastante oferecido nas agências bancárias. Todavia, há significativo risco de o valor resgatado ser inferior ao aplicado.

Letra D - Se a vigência for superior a 12 meses, é facultada a atualização dos pagamentos a cada período de 12 meses.

Letra E - É permitida tanto a cessão total como a parcial do título.

Gabarito: A

13. Suponha que um cliente do banco tenha uma renda anual bruta tributável de R\$ 200.000,00 e que, ao longo do ano, investiu 16% deste valor em um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). Supondo que suas outras deduções totalizam R\$ 15.000,00, assinale a alternativa que corresponde à base de cálculo do seu imposto de renda.

- a) R\$ 239.000,00
- b) R\$ 185.000,00
- c) R\$ 168.000,00
- d) R\$ 161.000,00
- e) R\$ 153.000,00

Comentários:

O PGBL permite deduzir até 12% da renda tributável da base de cálculo do imposto de renda. No caso do enunciado, a dedução será de:

$$R\$ 200.000,00 * 0,12 = R\$ 24.000,00$$

Como ele já tem outras deduções no valor de R\$ 15.000,00, sua base de cálculo será:

$$\text{Base de cálculo} = 200.000,00 - 24.000,00 - 15.000,00$$

$$\text{Base de cálculo} = 161.000,00$$

Gabarito: D

14. A respeito do imposto de renda (IR), do PGBL e do VGBL, assinale a alternativa correta.

- a) O PGBL admite dedução de até 12% da renda bruta anual tributável na base de cálculo do IR, todavia, no momento do resgate, o IR incide sobre todo o montante, incluindo o capital e os rendimentos.



- b) O PGBL admite dedução de até 16% da renda bruta anual tributável na base de cálculo do IR, todavia, no momento do resgate, o IR incide sobre todo o montante, incluindo o capital e os rendimentos.
- c) Tanto o PGBL quanto o VGBL admitem dedução das contribuições sobre a base de cálculo do IR, todavia, no PGBL é permitido deduzir até 16% e no momento do resgate o IR incide sobre o montante total, ao passo que no VGBL é possível deduzir até 12%, mas no momento do resgate o IR incide apenas sobre os rendimentos.
- d) O VGBL não admite dedução das contribuições sobre a base de cálculo do IR, todavia, no momento do resgate, seus rendimentos são isentos de IR.
- e) Enquanto no resgate do PGBL o IR incide somente sobre os rendimentos, no resgate do VGBL a incidência é sobre o montante, incluindo capital e rendimentos.

Comentários:

A alternativa correta é a letra A, pois o PGBL admite a dedução sobre a base de cálculo de até 12% da renda bruta anual tributável.

O erro da letra C é que as contribuições ao VGBL não admitem dedução da base de cálculo do IR.

Sobre a letra D, o erro é que também incide IR sobre o resgate do VGBL, todavia, somente sobre os rendimentos.

A letra E está errada pois está invertida.

Gabarito: A

15. A respeito da tributação progressiva compensável e da tributação regressiva definitiva dos planos de previdência privada, assinale a alternativa correta:

- a) Na tributação regressiva, as alíquotas começam em 22,5% e chegam a 15% quando o resgate for posterior a 2 anos.
- b) Na tributação regressiva, as alíquotas sem iniciam em 35% e chegam a 10% quando resgatadas após 10 anos.
- c) Na tributação progressiva há isenção para quem recebe até R\$ 1.903,98, independentemente da idade.
- d) Na tributação progressiva as alíquotas vão de 15 a 22,5%.
- e) Na tributação regressiva, incide uma alíquota de 15% no momento do resgate, devendo o ajuste ser feito na declaração anual de IR.

Comentários:

A alternativa correta é a letra B. Relembando a tabela da tributação definitiva:



Prazo	Alíquota (%)
Até 2 anos	35
De 2 a 4 anos	30
De 4 a 6 anos	25
De 6 a 8 anos	20
De 8 a 10 anos	15
Acima de 10 anos	10

Erros das demais:

Letra B - trouxe a alíquota da maioria dos papéis de renda fixa, como as CDBs.

Letra C - segue a tabela do IR para renda. A isenção é até R\$ 1.903,98 até os 65 anos de idade, depois a faixa de isenção passa a ser de R\$ 3.807,96.

Letra D - as alíquotas vão de 7,5% a 27,5%.

■ Até 64 anos de idade

Base de cálculo mensal (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do imposto
Até 1.903,98	-	-
De 1903,99 a 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 a 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 a 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

A partir de 65 anos de idade

Base de cálculo mensal (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do imposto



Até 3.807,96	-	-
De 3.807,97 a 4.730,63	7,5	285,60
De 4.730,64 a 5.655,03	15	640,40
De 5.655,04 a 6.568,66	22,5	1.064,52
Acima de 6.568,67	27,5	1.392,95

Letra E - É na tributação progressiva que há essa compensação. É feita a retenção de 15% no momento do resgate, e na declaração anual de IR o ajuste, conforme a renda do beneficiário.

Gabarito: B



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.